



Nº 2, fevereiro 2011

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o Desenvolvimento



**O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo-
Desenvolvimentismo no Brasil:
Trajetórias, Similitudes e Contrastes**

PONTO DE VISTA, Nº 2, fevereiro 2011

ISSN 1983-733X

Carlos Pinho¹

i. Introdução

Após um período de arrefecimento, o debate em torno da formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento retorna à agenda das ciências sociais. Por ocasião da hegemonia neoliberal na América Latina nas décadas de 1980-90 que provocou recessão e desemprego, a emergência dos governos progressistas, nacionalistas ou de centro-esquerda, na maioria dos países da região, no início do século XXI, – como é o caso do Brasil com a eleição de Lula da Silva em 2002 - suscitou um debate acerca da retomada das capacidades estatais de planejamento estratégico no que concerne às políticas de desenvolvimento, apontando para uma ordem capitalista capitaneada pelo Estado e que tem como norte a promoção do crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social de modo a

¹ Mestre e Doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), instituição legítima e sucessora do antigo IUPERJ. Bolsista CAPES e Pesquisador Assistente do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC/IESP-UERJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED/IESP-UERJ), sob orientação do professor Renato Raul Boschi. E-mail: carlospinho19@yahoo.com.br

superar o quadro de *hobbesianismo social*². A singularidade é que a dimensão social está no cerne das políticas de desenvolvimento (Boschi e Gaitán, 2008; Lima e Coutinho, 2007: 27-28; Santos, 1993).

Em suma, este trabalho tem por objetivo apresentar, em um primeiro momento, um panorama das principais teorias desenvolvimentistas do Brasil pertinentes à segunda fase da modernidade, na qual o Estado, pautado na *subjetividade coletiva* e na *homogeneização social* (Domingues, 2009³) levou a cabo um projeto de *modernização conservadora* da sociedade brasileira (Werneck Vianna, 1999; Reis, 1998). Para tanto, serão mobilizadas as contribuições centrais de Celso Furtado (1974) e Conceição Tavares (1973) que se detiveram à análise minuciosa do *subdesenvolvimento brasileiro*, salientando os seus elementos constituintes como a *concentração da renda*, a ausência de um *mercado interno* robusto e a *obsolescência tecnológica*. Ademais, enfocar-se-á a centralidade do papel do Estado e do Executivo como arquitetos do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), predominante entre 1930-80 bem como os elementos que concorreram para o declínio deste modelo.

Num segundo momento, empreende-se um esforço no sentido de relacionar a crise do modelo estatal desenvolvimentista com a ascensão do neoliberalismo enquanto ideologia legitimadora do livre-mercado e do governo mínimo. Saliento, portanto, as principais vertentes das políticas neoliberais, o papel dúbio dos Estados nacionais diante da supremacia do capital financeiro transnacional, a agenda de reformas ditadas pelas instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial para os países da América Latina bem como o impacto das mesmas sobre a *qualidade* da democracia na região.

Finalmente, destaco o suposto “declínio” deste modelo ortodoxo neoclássico assim como os seus elementos de ruptura e de continuidade por meio da emergência do *Novo-Desenvolvimentismo*, sobretudo a partir da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT)

² O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos recorre a este conceito para realçar “a existência de um Estado altamente regulatório, criador de grupos de interesse rentistas que não consegue fazer-se chegar, enquanto Estado mínimo, à vasta maioria da população. Esta, por seu turno, recusa as instituições centrais da poliarquia – e até mesmo as instituições que justificam a existência do Estado – a justiça e a polícia como garantidoras da lei. Universalizar o Estado mínimo constituiria saudável providência para quem deseja, para princípio de política, um Estado eficaz” (Santos, 1993:114).

³ Em visão similar à de Domingues (2006), Pieterse (2001: 12-32), através de uma análise crítica, chama atenção para o fato de que tanto o antigo como o moderno pensamento desenvolvimentistas foram fundamentalmente generalizantes e homogeneizantes. Ainda segundo o autor, o desenvolvimentismo não é meramente uma política de mudança social e econômica tampouco uma filosofia da história. Ele reflete o *ethos* da cultura Ocidental e está intimamente entrelaçado com a história e a cultura Ocidentais. O problema do desenvolvimentismo, para ser resolvido, requer uma profunda revisão histórica e cultural do projeto Ocidental.

em 2002, que conduziu o ex-metalúrgico e líder sindical Lula da Silva à Presidência da República. Trata-se da retomada de um discurso partidário da adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, que embora preservando fortes traços neoliberais, tem como pressupostos fundamentais a ampliação do escopo das políticas sociais e o uso do Estado como o *instrumento de ação coletiva da nação*.

Para tanto, buscar-se-á empreender uma tentativa de comparação entre o modelo nacional-desenvolvimentista anterior com esse suposto *Novo-Desenvolvimentismo*, que retoma e capacita o Estado a partir da ação política deliberada, no sentido de questionar os “quadros de referência” vigentes (Becker, 2007). Ademais, pretende-se pesquisar em que medida – retomando a atualidade do pensamento de Celso Furtado e dados empíricos dos principais institutos de pesquisa brasileiros (IPEA, FGV, CAGED/Ministério do Trabalho) – este modelo vem se conformando atualmente no Brasil por meio de políticas orientadas para (1) a ascensão de uma nova classe média em potencial – a *Classe C*; (2) o crescimento da expectativa da população brasileira quanto ao futuro, no que diz respeito ao emprego, à renda e à capacidade de consumo; (3) a redução da desigualdade social; e (4) o aumento do emprego formal/celetista, sinalizando – a despeito das diferenças – certa *continuidade de trajetória* com o legado desenvolvimentista anterior, no que se refere à supremacia do Executivo no arcabouço institucional republicano brasileiro e à preservação de instituições essenciais para o desenvolvimento como o BNDES.

ii. Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Estado na Condução do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI)

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo foi à denominação atribuída a estratégia nacional dos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930 ou no final da II Guerra Mundial, já que possuía um viés nacionalista que aspirava a construção do Estado nacional (Bresser-Pereira, 2007: 70). No que se refere às suas orientações político-econômicas, o modelo desenvolvimentista foi caracterizado: (1) pelo ativo papel do Estado na promoção do crescimento por meio da rápida industrialização; (2) pela participação do Estado na produção através da criação de empresas públicas; (3) pela participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais de modo que juntamente com o Estado constituíram um “tripé”.

Para o aprofundamento deste tópico, serão mobilizados os aportes teóricos daqueles que são considerados os principais economistas brasileiros de orientação desenvolvimentista como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Trata-se de intelectuais que tiveram uma visão antecipada acerca do fenômeno da globalização e da disseminação do capital financeiro pelo mundo, que debilita, por seu turno, a capacidade dos Estados nacionais de impor, minimamente, constrangimentos sobre os detentores dessa modalidade de capital. Portanto, tais economistas políticos, de reconhecida ação pública e acadêmica, compreenderam a importância da ação estatal na condução de políticas econômicas e sociais para a consecução do desenvolvimento.

Segundo Furtado (1974), as formações sociais das economias subdesenvolvidas⁴ são caracterizadas pela heterogeneidade tecnológica e desigualdades na produtividade do trabalho tanto em áreas urbanas como rurais; estando estreitamente vinculadas ao modo pelo qual o capitalismo industrial cresceu e se propagou. Nesse contexto, o autor aponta a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, como um dos marcos característicos da aceleração da acumulação de capital, da produtividade do trabalho, da rentabilidade do comércio exterior e do progresso tecnológico. Esse processo deu impulso à criação de uma assimétrica divisão internacional do trabalho, e à especialização geográfica. Nas palavras de Furtado:

“[...] o subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural, que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos” (Furtado, 1973: 15).”

Deste modo, as formações sociais subdesenvolvidas tiveram sua origem no uso particular do excedente adicional, destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo surgidos no centro do sistema econômico mundial em formação, tornando as relações entre países centrais e periféricos cada vez mais complexas. Conseqüentemente, os países periféricos tornaram-se importadores dos novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico, vigentes no centro do sistema, evidenciando um

⁴ Sunkel e Paz (1974: 42-3) dizem que o subdesenvolvimento resulta do processo histórico global de desenvolvimento. Tanto um como o outro estão em constante interação e expressam, geograficamente, dois grandes dualismos: por um lado, a divisão do mundo entre os Estados nacionais industrializados (avançados, desenvolvidos, “centrais”) e os Estados nacionais subdesenvolvidos (retrógrados, periféricos, pobres, “dependentes”); e de outro lado, a divisão dentro dos Estados nacionais, entre áreas, grupos sociais ou atividades avançadas e modernas e áreas, grupos e atividades atrasadas, primitivas e dependentes.

grave descompasso entre a estrutura produtiva e o grau de acumulação de capital na periferia.

Então, as classes dirigentes dos países periféricos passam a desenvolver padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era alto, destacando a influência da cultura do progresso técnico para a evolução dos países periféricos (É neste sentido que se verifica uma similitude com o posicionamento de Tavares, que será esmiuçado mais abaixo). É exatamente esta incorporação de novos padrões de consumo definida como *modernização*, sem, contudo, o correspondente processo de acumulação de capital e progresso dos métodos produtivos.

A falta de conexão entre o progresso técnico e o grau de acumulação previamente alcançado resulta na especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Isso quer dizer que a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país, e sim com o perfil da demanda do setor modernizado da sociedade. Logo, o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente – considerando o quadro de dependência cultural em que se encontram - tende a agravar as desigualdades sociais em razão do avanço da acumulação. Além disso, o autor chama atenção para o fenômeno da colonização cultural nos países periféricos, que é estimulada tanto pelas classes dirigentes locais (por meio da elevada taxa de exploração) quanto pelos grupos, que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional. No diz respeito ao avanço do processo de industrialização, Furtado diz que implica elevada taxa de exploração e concentração de renda. Nessas condições, o crescimento econômico depende da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar as desigualdades sociais. De fato, a industrialização, nas condições de dependência de uma economia periférica, requer intensa absorção de progresso técnico e das técnicas para produzir novos produtos. À medida que avança o processo de industrialização na periferia, mais estreito tende a ser o controle do aparelho produtivo por grupos estrangeiros. As subsidiárias das grandes empresas, então, passam a programar os padrões de consumo a serem adotados; evidenciando o novo caráter da dependência.

Em síntese, Furtado coloca a seguinte questão, que está no cerne do seu pensamento desenvolvimentista: o que dá permanência ao subdesenvolvimento? A divisão internacional do trabalho, imposta pelos países que lideraram a revolução industrial, deu origem a um excedente, o qual permitiu às classes dirigentes de outros países terem acesso a padrões

diversificados de consumo engendrados pelo intenso progresso técnico e acumulação de capital concentrados no centro do sistema. Devendo acompanhar a diversificação de bens de consumo dos países de mais alto nível de renda, os países periféricos foram levados a ter que aumentar a taxa de exploração, ou seja, de concentração da renda. Por outro lado, o custo crescente da tecnologia, aliada a aceleração do progresso técnico viabilizou a penetração das grandes empresas, intensificando a difusão dos novos padrões de consumo surgidos no centro e levando a um estreitamento dos vínculos de dependência (Furtado, 1974: 93)

Portanto, o subdesenvolvimento tem sua gênese numa conexão entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Outrossim:

“Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada é a renda. Assim, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. A elevação da taxa de crescimento tende a acarretar tanto o aumento da dependência externa quanto da exploração interna. Portanto, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais” (Furtado, 1974: 94).

Num outro veio interpretativo a *Teoria da dependência*, de Cardoso e Faletto contrapõe-se às teorias da modernização, sustentando que o subdesenvolvimento não foi uma fase a parte, mas foi o elemento de um sistema unitário do desenvolvimento capitalista, ou deve ser examinado dentro de uma relação centro-periferia. Entretanto, tal diagnóstico, em uma chave mais pessimista viu em uma inclusão subordinada das sociedades periféricas e suas economias nacionais à divisão capitalista internacional do trabalho como uma possível continuação da condição colonial em outro nível. O desenvolvimento subordinado integraria a desigualdade social das sociedades periféricas com o contexto de sub-remuneração do trabalho nos países subdesenvolvidos, que corresponde a uma melhoria significativa das classes trabalhadoras nos países centrais. Isso quer dizer que o desenvolvimento internacional é desigual e acompanhado pela marginalização, ressaltando a noção de “desenvolvimento combinado e associado” (Cardoso e Faletto, 1970: 7-38).

Após o estudo da natureza e da especificidade do subdesenvolvimento no Brasil, à luz das pormenorizadas contribuições de Celso Furtado, as análises de Conceição Tavares (1973) salientam a gênese do modelo ISI na América Latina bem como a sua decadência por ocasião do processo de financeirização da economia brasileira. Sendo assim, a autora considera o alto peso relativo do setor externo nas economias primário-exportadoras por meio de suas duas variáveis básicas: (1) as exportações como uma variável exógena

responsável por grande parte da renda nacional bem como pelo seu crescimento; e (2) as importações como fonte flexível de bens e serviços para atender parte da demanda interna.

No caso das economias centrais, embora as exportações fossem importantes na composição da renda nacional, não eram as únicas responsáveis pelo crescimento da economia. Havia uma variável endógena importante: o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas. Por outro lado, na América Latina, as exportações constituíam o único componente autônomo do crescimento da renda e o setor exportador representava o centro dinâmico de toda economia. Por sua vez, este setor contribuiu para o processo de urbanização e o conseqüente aparecimento da indústria de bens de consumo interno tais como tecido, vestuário, móveis etc. (Furtado, 1974; Tavares, 1973: 31). Trata-se de indústrias de baixo nível de produtividade que emergiram em praticamente toda a América Latina no âmbito do modelo exportador atividade interna.

Nas economias abertas, as importações destinavam-se a suprir as necessidades de alimentos e matérias primas que os recursos naturais não permitiam produzir. Já nas economias latino-americanas, as importações deviam cobrir faixas inteiras de bens de consumo, refletindo uma assimétrica divisão internacional do trabalho, na qual os países centrais, por conta de seu próprio desenvolvimento, induziram nos países periféricos um crescimento “para fora”.

No caso dos países desenvolvidos não há uma distinção entre a capacidade produtiva voltada para o mercado externo e interno, pois as manufaturas produzidas são, simultaneamente, exportadas e consumidas. Na América Latina, todavia, há uma rígida divisão social do trabalho entre o setor interno e o externo. O setor externo é especializado em um ou poucos produtos, de alta rentabilidade econômica, ao passo que o setor interno é de baixa produtividade e lucratividade, orientado exclusivamente para satisfazer as necessidades básicas de uma parcela restrita da população inserida no mercado consumidor. Assim, a concentração da propriedade, do capital e dos recursos naturais no setor exportador contribuía para uma distribuição de renda extremamente desigual. Soma-se a isto o fato de que as classes de alta renda – através das importações - reproduziam, internamente, os padrões de consumo verificados nos países europeus. Neste quesito, portanto, Tavares partilha da mesma visão de Furtado (idem: 87).

O modelo ISI diferenciou o Brasil dos demais países latino-americanos por ocasião da diversificação industrial e da elevação das taxas de crescimento. Desde a grande depressão, o país já dispunha de um mercado interno amplo e de uma relativa diversificação na estrutura

industrial. A política de substituição de importações por produtos industriais nacionais surgiu como alternativa à perda de dinamismo do setor exportador e permitiu a aceleração do crescimento econômico por longos períodos.

Contudo, nesse novo modelo de desenvolvimento, a possibilidade de continuar a substituir depende do tipo de substituições previamente realizadas. É diante desse paradigma que Tavares nos apresenta e analisa as três condicionalidades que contribuíram para a deformação do processo de substituição de importações na América Latina. O primeiro é a *dimensão e estrutura dos mercados nacionais* que, ao produzir bens duráveis de consumo expandiu o mercado interno de forma vertical, priorizando as classes de alta renda. O segundo diz respeito à *natureza da evolução tecnológica*, caracterizada pela importação de capital e tecnologia estrangeiras bem como pelo baixo emprego de mão-de-obra, freando a diversificação e a integração do aparelho produtivo industrial. O terceiro e último fator é concernente à *constelação dos recursos produtivos*, constatando uma relativa abundância de recursos naturais, todavia, coexistindo com o desemprego estrutural da mão-de-obra não qualificada, a carência de mão-de-obra qualificada e a escassez de capital (Tavares, 1973: 45-50).

Já para Furtado, as causas da desintegração do modelo substitutivo de importações residem na desigualdade entre os países ricos - que visam disseminar de forma dinâmica os seus padrões de consumo - e os países pobres, cujo grau de acumulação de capital era consideravelmente inferior. Um aspecto chave destacado pelos autores está na centralidade do conhecimento como um fator de distinção entre países centrais e periféricos. Amsden (2001), autora que retrata – no limiar do século XXI - a ascensão de países emergentes como Brasil, China, Índia, Coréia do Sul, que desenvolveram experiências manufatureiras desde o século XIX até a Segunda Guerra mundial, contempla esta mesma visão. Segundo ela “o conhecimento é um insumo especial porque é de difícil acesso, seja 'construindo' ou 'comprando'. Ao contrário da informação, que é factual, o conhecimento é conceitual, ele envolve combinações de fatores que interagem de formas intangíveis” (idem: 3).

Quanto à dissolução do modelo de substituição de importações e a formação do capitalismo financeiro no Brasil, a autora salienta que, entre 1963 e 1968, teve início no Brasil um processo de reorganização dos sistemas financeiros tradicionais. Isso se tornou possível pela constituição de bancos de investimento, fusões de grupos empresariais e financeiros nacionais, o que permitiu a mobilidade e centralização do capital financeiro, sobretudo nos centros urbanos e industriais do país. Portanto, conforme observou Tavares “as novas

formas de associação do capital tendem a conduzir a um tipo de estrutura oligopólica que supõe um grau muito maior de abertura externa das empresas e uma internacionalização progressiva dos principais setores da economia” (Tavares, 1974: 217).

Essas apreciações da autora, que também estão presentes no pensamento de Furtado, evidenciam que ambos, analiticamente, renunciaram as transformações econômicas mundiais que impulsionariam a emergência do capitalismo financeiro transnacional e seus impactos na economia brasileira, provocando uma mudança substancial na orientação do papel estratégico do Estado brasileiro no que tange à sua relação com o capital. Um desses impactos é a forte tendência à reconcentração da renda. Trata-se de uma visão antecipada acerca da ruptura da aliança que conferia sustentabilidade ao programa nacional-desenvolvimentista.

Por conseguinte, o fato é que, segundo Pieterse (2001: 1), cada vez mais o Estado nação está sendo ultrapassado pelas regras das instituições internacionais e pelas forças do mercado. Essas análises apontam para um esgotamento do modelo de substituição de importações como sustentáculo do desenvolvimento tanto no Brasil como na América Latina, e a posterior ascensão do neoliberalismo como aparato ideológico legitimador das práticas de mercado e do Estado mínimo num contexto em que imperam democracias minimalistas e a usurpação dos direitos sociais (Domingues, 2009: 11; Bielschowsly, 2000: 46). Este é o tema que está desenvolvido mais detalhadamente no tópico abaixo.

iii. A Crise do Estado Fordista-Keynesiano de Bem-Estar Social e a emergência das Políticas de Viés Neoliberal

À luz das teorias de Ray Kiely (2006) e David Harvey (1998), esta parte do capítulo está dedicada à análise da crise do Estado interventor e regulador da Era Fordista seguida da emergência do neoliberalismo como um viés ideológico que prima pela exaltação do livre-mercado e pelo desmonte das políticas estatais.

Trata-se, por um lado, de elucidar como uma conjuntura internacional desfavorável abriu precedentes para a construção de um discurso que confere legitimidade à instituição de políticas de corte neoliberal. Por outro lado, de ressaltar o modo como tais políticas - protagonizadas pelas principais agências internacionais como o FMI e o BID - contribuíram para a interrupção do processo de desenvolvimento na América Latina.

Entre 1940 e o início da década de 1970 a Europa e os EUA viveram a era de ouro do capitalismo com elevadas taxas de crescimento econômico facilitadas pela extensão do sistema de produção em massa para muitos setores da economia dos países avançados. Cabe ressaltar, também, as políticas de pleno emprego, a garantia de direitos sociais substanciais e as altas taxas de lucro, que viabilizaram o aumento da acumulação de capital, da produtividade, dos salários bem como a expansão da demanda (Kiely, 2006: 48).

Em consonância com o pensamento de Kiely, Harvey (1998) assevera que o Fordismo enquanto sistema de produção emerge no período pós-II Guerra Mundial, no qual o Estado exerce um papel de protagonista na formulação e execução de políticas públicas destinadas à recuperação da economia, investimento em infra-estrutura, proteção social e geração de empregos. Os Estados adotam essas políticas em razão da grande crise econômica mundial suscitada pela *crack* da bolsa de valores de Nova York em 1929, além das duas grandes guerras mundiais que provocaram enormes perdas humanas e materiais. Esse contexto, portanto, assinala a supremacia do *Estado Fordista - Keynesiano de bem-estar social*, que perdurou até a primeira metade da década de 1970.

É neste cenário de emergência dos EUA como grande potência mundial que ambos os autores ressaltam o papel crucial do dólar na ordem internacional do pós-guerra, que além de ser a moeda nacional dos EUA, atuou como a principal moeda nas transações externas, convergindo para a internacionalização do capitalismo norte americano. Para Harvey, portanto:

“O Acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações (Harvey, 1998: 145)”.

Todavia, uma conjuntura internacional desfavorável marcada por queda nos lucros, alta inflação, competição entre os Estados capitalistas centrais e desemprego contribuiu para reforçar inúmeras críticas a esse modelo de Estado protetor e gerenciador. Por volta de 1973, a crise do petróleo e o posterior embargo dos países árabes à exportação de petróleo para as nações ocidentais incrementou esse descontentamento. Ressalta-se a crise fiscal e de legitimidade do Estado aliada a rigidez do fordismo, pois, conforme assevera Harvey:

“A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios para oferecer assistência médica,

habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso” (Harvey, 1998: 153).

Entretanto, em virtude do gerencialismo estatal em demasia, da racionalidade burocrática técnico-científica, da marginalização dos movimentos das minorias e da crítica dos países da periferia, subordinados a um crescente processo de modernização que minava as culturas locais em proveito das elites nacionais atreladas ao capital internacional; o modelo de Estado keynesiano sucumbe (idem, 1998: 155).

Delinea-se, portanto, uma mudança do papel estratégico do Estado, que, de dirigente da expansão capitalista dá lugar à idéia neoliberal de primazia dos mercados no cenário da globalização. Segue-se, então, que a eleição dos governos Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Inglaterra), atrelados às empresas transnacionais, convergiu para a disseminação da ideologia neo-conservadora de enfraquecimento dos sindicatos e de redução do salário dos trabalhadores. É neste cenário que o neoliberalismo se consolida como uma hegemonia ideológica de proporções mundiais (Anderson, 1995).

O argumento que confere fundamento a esta nova doutrina é que o Estado é muito oneroso, devendo o seu papel ser transferido para o mercado. Esta proposta traz à tona uma série de medidas orientadas para a preservação da eficiência e da racionalidade dos mercados. São elas: políticas de contingenciamento dos gastos públicos consubstanciadas na redução do escopo dos programas sociais, apropriação privada do patrimônio público nacional, inserção dos Estados nacionais nos circuitos globalizados do capital, desregulamentação da economia, flexibilização dos contratos e das relações de trabalho. Nesse contexto de emergência do capital financeiro transnacional – sumamente articulado ao setor produtivo -, que tem sua difusão facilitada pelos fluxos virtuais de informação, as corporações transnacionais passam a impor processos rígidos de *racionalização, reestruturação produtiva e intensificação do controle do trabalho* (Harvey, 1998: 170).

Neste complexo cenário global, as questões que vem à tona são as seguintes: qual o papel dos Estados nacionais? Qual o lugar da soberania enquanto uma das suas prerrogativas cruciais? Conforme a máxima weberiana, para além de serem “comunidades políticas que reivindicam, com êxito, o monopólio do uso legítimo da violência física dentro de um determinado território” (Weber, 1979), os Estados nacionais, na era do capitalismo financeiro globalizado, caracterizam-se pela dicotomia e contradição. Se por um lado, em nome do interesse nacional, necessitam impor limites à ação do capital especulativo; por

outro lado, também em nome da nação, precisam atraí-lo para assegurar investimentos e impedir a sua migração para regiões mais lucrativas. O que há, portanto, é uma reconfiguração do sistema financeiro internacional, no qual o capital financeiro desempenha um papel de *coordenador* (Harvey, 1998: 175).

A efetivação das políticas de corte neoliberal na América Latina assinala uma nova dinâmica societária que pode ser sumariada por meio de acontecimentos antitéticos, ou seja, a rigidez dá espaço à flexibilidade; a regulamentação à desregulamentação da economia; a proteção social, típica do Estado de bem-estar social dá margem à privatização das políticas públicas. Ademais, o consumo de massa abre precedentes para o consumo individualizado; a política de estabilização às constantes crises econômicas e monetárias; a socialização à exacerbação do individualismo (idem, 1998: 163). Isto é o que o autor define como acumulação flexível, que, por sua vez:

“[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Isso permite que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho cada vez mais enfraquecida (idem, 1998: 160)”.

Nestas condições, na década de 1980, um conjunto de fatores como a queda do crescimento econômico e o aumento das taxas de juros conduziram à crise da dívida, contribuindo para a erosão do consenso nacional-desenvolvimentista ancorado na industrialização por substituição de importações (ISI) até então vigente. Nesse contexto, o agravamento da recessão mundial afetou os países da América Latina, - sobretudo o Brasil - que sofreram o com a exacerbação da crise econômica, do desemprego e da exclusão social. Tendo em vista que o Estado não é mais a solução, mas a principal causa do problema, instituições financeiras multilaterais como o FMI⁵ e o Banco Mundial preconizaram uma agenda de reformas para a estabilização e ajuste em curto prazo dos países da região, que contemplava as seguintes medidas: (1) desvalorização da moeda; (2) redução do escopo da ação do Estado por meio do contingenciamento das políticas sociais; (3) arrocho salarial; (4)

⁵ Em 1944, a criação do FMI foi motivada pelas idéias progressistas que predominavam durante o fim da II Guerra Mundial – idéias de responsabilidade com os rumos da economia internacional, de sua reconstrução, ordenação e prosperidade. À época, o principal temor era o desemprego. Todavia, quando o FMI inicia sua operação dois anos após a sua criação, já estava permeado por idéias conservadoras. Nesse sentido, o remédio para os males econômicos era o uso de políticas de contenção dos gastos domésticos; isto é, redução do nível de emprego, constituindo a marca do FMI, desde a década de 1940 (Sicsú, 2005).

abertura comercial e cambial, (5) liberalização financeira; (6) liberação de preços e salários; (7) liberalização do regime de investimento estrangeiro (8) apropriação privada do patrimônio público pelo capital transnacional⁶; (9) reforma tributária; (10) reforma da seguridade social (sobretudo do sistema de aposentadoria); (10) reforma das relações de trabalho; e (11) desregulamentação/desregulação⁷ (Kiely, 2006: 70; Pieterse, 2001: 6; Bielschowsly, 2000: 56-58; Cruz, 2007).

É nessa esteira que, de acordo com Kiely (2006: 131-164), há avaliações otimistas segundo as quais a pobreza global tem declinado nos últimos anos, e que a razão para tal declínio consiste na adoção de políticas *market friendly* por um número crescente de Estados nacionais. Estas afirmações repousam sobre três argumentos: (1) que a pobreza (e, talvez, a desigualdade) foi reduzida; (2) que tal redução deriva das políticas *market friendly*; e (3) que estes resultados favoráveis apontam que a economia mundial apresenta oportunidades para os países em desenvolvimento, na medida em que podem aderir a essas políticas⁸. Contudo, contrariando esse argumento, o autor sugere que a pobreza e a desigualdade globais não estão caindo tão rápido quanto alguns neoliberais afirmam, e que se tem havido uma queda na pobreza, então, é *a despeito*, e não por conta das políticas neoliberais. Enquanto a ideologia neoliberal pode sugerir um Estado mínimo, os neoliberais exigem um Estado altamente intervencionista para a consecução das políticas neoliberais.

Com o objetivo de reiterar o que as décadas de 1980/90 significaram para os países da América Latina, cabe-me realizar uma interlocução teórica com o sociólogo Michael Mann. Segundo este autor, o Estado moderno ideal combinaria *grande poder infra-estrutural* com *limitado poder despótico*; isto é, a capacidade de mobilizar recursos necessários para penetrar uniformemente o território por meio da provisão de serviços públicos indispensáveis (tais como saúde, educação, proteção social), constituindo um Estado nacional com capacidade de permear integralmente à sociedade, burocrático e, sobretudo, democrático. Entretanto, nas supracitadas décadas, a região foi acometida pela debilidade do *poder infra-estrutural* do

⁶ Nas palavras de Cruz (2007:119), os países da América Latina foram os campeões em matéria de privatização. Em primeiro lugar, a Argentina, com uma média anual de 4,46 bilhões de dólares, ou 1,51% de seu PIB, em 1999, seguida do **Brasil**, que privatizou o equivalente a 6,98 bilhões de dólares, ou 0,93% do seu PIB, no mesmo ano, com pico de 33, 427 bilhões, em 1998.

⁷ A “desregulação” tornou-se um fenômeno mundial, incluindo a América Latina. De fato, ela foi um novo tipo de regulação que foi executada pelos próprios países centrais, especialmente os EUA e organizações internacionais tais como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE e o GATT (Domingues, 2008: 55)

⁸ Para o Banco Mundial, a pobreza e a desigualdade têm declinado, pois em 1980 havia 1.4 bilhões de pessoas vivendo na pobreza absoluta, ao passo que em 1998 este resultado caiu para 1.2 bilhões (Kiely, 2006: 132);

Estado e pela estagnação do mercado de consumo em massa doméstico, agravando em demasia as assimetrias sociais, sobretudo no Brasil que, segundo o quadro abaixo, apresentou o maior nível de desigualdade nos anos 1990 se comparado aos demais países latino-americanos. Sendo assim, o grande desafio dos Estados latino-americanos abarca a questão de como incorporar vastos e diversificados contingentes populacionais a uma autêntica cidadania nacional, que sustente Estados com infra-estruturas poderosas capazes de tornarem-se plenamente democráticos (Mann, 2006: 172-190).

Tabela 1. Desigualdades na América Latina: Coeficiente de Gini, 1970-1998

País	c1970	c1980	c1990	1996-98
Argentina	39	42	43	47
Brasil	50	57	61	60
Chile	48	50	55	56
México	52	47	47	53
Peru	50	49	45	51
Venezuela	49	40	39	43
Média latino-americana	48	48	48	52

Fonte: Elaboração própria com base em MANN, Michael (2006). A crise do Estado-nação latino-americano. In: DOMINGUES, José M. e MANEIRO, Maria (Org). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

iv. Os Efeitos das Políticas Liberais sobre a Qualidade da Democracia na América Latina

Quanto ao espectro político e participativo, destaca-se o fato de que as restrições externas impostas pelas reformas de mercado parecem ter limitado o exercício da soberania popular na América Latina, um dos pressupostos básicos da democracia. A frustração resultante parece ter contribuído para o declínio da participação eleitoral e a crescente insatisfação com o desempenho dos governos na região⁹. Em segundo lugar, como o neoliberalismo tem inclinado amplamente o balanço interno de forças no sentido de fortalecer os setores de

⁹ De fato, o neoliberalismo fortaleceu a predominância de líderes políticos neo-populistas, que reduziram a qualidade da democracia na América Latina, como é o exemplo da liderança carismática e personalista protagonizada pelo ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Mello entre 1990-1992, que deixou o poder por conta das denúncias de corrupção (Weyland, 2004: 149).

elite; ele parece ter enfraquecido a importância das organizações da sociedade civil e da sociedade política, incluindo os próprios partidos políticos. Acrescenta-se que tais constrangimentos externos tornaram mais difícil para as agremiações partidárias que chegaram ao governo cumprir suas promessas eleitorais e satisfazer as expectativas populares por melhorias sociais substantivas. Assim, conforme salienta o estudo de Boschi (2004: 11-19), a governabilidade não constitui fator de risco, mas sim o descrédito das instituições da democracia representativa em vista da cisão entre as expectativas dos eleitores e as agendas executadas. Tal quadro contribuiu para o surgimento de crises que põe à prova a credibilidade e mesmo a estabilidade das instituições democráticas.

A despeito de que as reformas orientadas para o mercado tenham dado uma significativa contribuição para o fortalecimento da estabilidade democrática; também convergiram progressivamente para o enfraquecimento da qualidade da democracia em termos de acessibilidade e *accountability*. Assim, a crescente integração dos países da América Latina à economia global tornou a região mais suscetível às pressões internacionais para a manutenção da democracia. Outrossim, o neoliberalismo também mudou o balanço de poder entre as forças políticas domésticas e socioeconômicas. Lideranças dos setores empresariais ganharam maior influência, desfrutando de melhor e maior acesso aos mercados internacionais, criando vínculos às corporações transnacionais, sendo proprietários de empresas públicas e possuindo maior participação na economia (Weyland, 2004: 144-148); como é o caso do fortalecimento e da atuação cada vez mais assertiva do empresariado brasileiro no governo Lula tanto no plano doméstico como no cenário internacional.

v. As Reformas direcionadas para o mercado no Brasil: o custo social das políticas de estabilização

Diversas tentativas foram feitas para resolver o aprofundamento da crise da dívida e as altas taxas de inflação doméstica, sobretudo através de dez Planos de Estabilização mal sucedidos, entre 1979 e 1991 (conforme ilustra a figura 2). Todavia, o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso instituiu o *Plano Real*, orientado para domar a inflação, criar um ambiente macroeconômico para o investimento direto estrangeiro (FDI) e atrair o capital estrangeiro a fim de impulsionar o crescimento econômico. O Plano Real contribuiu para o declínio da inflação de 23.29% em 1995 para 1.79% em 1998, viabilizando a reeleição de Cardoso nesse mesmo ano. Nesse sentido, o presidente abandonou o “populismo

econômico” anterior e desenvolveu o “pragmatismo econômico”, fazendo “uso político da política econômica”, na medida em que, fundamentalmente, conferiu prioridade à estabilidade monetária (Castro e Carvalho, 2003:481). Porém, o Plano Real foi acompanhado pela liberalização comercial, resultando em aumento dramático das importações e supervalorização da moeda.

Em 1995, este modelo trouxe alguns frutos no curto prazo – o mercado doméstico ganhou cerca de nove milhões de consumidores adicionais que deixaram a pobreza absoluta; a média salarial real aumentou significativamente para todos os grupos sociais. Não obstante, no longo prazo e pela lógica inerente ao modelo, ele foi um desastre econômico e social. Sem mencionar a triplicação da dívida externa de US\$ 95 bilhões em 1984 para US\$ 236.8 bilhões em 2000, enquanto a dívida do setor público no total alcançou 28.1% do PIB, tornando o Brasil um dos países mais endividados da América Latina depois da Argentina e da Nicarágua (Lillemets, 2009: 12-13). Ademais, houve a submissão das políticas sociais à agenda da liberalização econômica, resultando na implementação de políticas públicas estritamente focalizadas. O desemprego, a estagnação da economia, a pobreza, a miséria bem como o crescimento exorbitante do emprego informal mostraram que o novo modelo econômico não foi capaz de absorver os trabalhadores e reduzir as disparidades, agravando substancialmente a insatisfação popular.

O aprofundamento dessas reformas – tanto na América Latina como no Brasil em particular - agravou os problemas estruturais pelos quais já padecia o país, como o baixo crescimento, a vulnerabilidade externa, o déficit de cidadania e, sobretudo, a escassez de uma clara estratégia nacional de desenvolvimento. Todavia, no limiar do século XXI, a população que mais sofreu com o receituário deletério neoliberal manifestou - pela via eleitoral - a sua insatisfação mediante a eleição de governos de centro-esquerda na América Latina, depositando neles uma esperança de reversão desse quadro adverso, como é o caso, no Brasil, da eleição de Lula da Silva em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com 61,3% dos votos¹⁰. Nesse caso, pela primeira vez em sua história, um partido de bases sindicais assume a Presidência da República, além de evidenciar a primeira transição entre dois

¹⁰ Com o objetivo de combater o cenário de instabilidade associado ao crescimento de Lula nas pesquisas de intenção de voto, o governo FHC recorreu ao auxílio do FMI, fechando, em agosto de 2002, um novo acordo para a abertura de uma linha de crédito de US\$ 30 bilhões, em contrapartida de uma nova elevação da meta de superávit primário (Erthal e Magalhães, 2007: 115).

presidentes eleitos por sufrágio universal no período pós-ditadura no país, em um contexto institucional marcado por uma democracia estável e consolidada.

É o que destaco no último tópico deste trabalho, ou seja, a retomada da idéia de nação consubstanciada na proposta do *Novo-Desenvolvimentismo*. Não se trata do Estado mínimo como vertente radical do credo neoliberal tampouco do Estado forte e interventor, típico do modelo de substituição de importações vigente entre 1930 e 1980; mas de uma espécie de “meio termo” que valoriza tanto um mercado forte como a retomada das capacidades do Estado em termos de planejamento, coordenação e implementação de políticas públicas.

vi. O Discurso do Novo-Desenvolvimentismo na Era Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo do Século XX: uma tentativa de comparação

Embora tenha herdado a exitosa estabilização macroeconômica do legado de Fernando Henrique Cardoso, que deu fim às constantes crises inflacionárias, à custa, entretanto, de milhares de desempregados; a eleição de Lula da Silva em 2002 constituiu uma iniciativa de retomada do planejamento estratégico do Estado brasileiro e de contestação dos *quadros de referência*¹¹ das elites dominantes (Becker, 2007, 2009), tendo em vista que o Brasil não crescia substancialmente desde a década de 1980, adotando as diretrizes impostas pelos países do Norte e perdendo, inexoravelmente, o conceito de nação. Isso pode ser referendado tendo em vista uma interlocução teórica com um recente texto publicado pelo pesquisador do IPEA, Cardoso Jr (2010), intitulado *Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Ressignificar o Debate e Capacitar o Estado*, que reconstitui a trajetória do planejamento governamental na América Latina. Portanto, entre 1940-1970 ocorreu o ápice; entre 1980-1990, o declínio¹²; à proporção que a primeira década do século XXI é marcada pela retomada da função planejamento estatal.

¹¹ Na perspectiva dos sistemas abertos, a avaliação de Becker (2007: 264-270) aponta que os quadros de referência são determinados existencialmente, contemplando dimensões como a competitividade e/ou desempenho econômico das empresas, mas também são *constructos* ideológicos e políticos. Por conseguinte, estão circunscritos às relações de poder e abarcam uma diversidade de temas como segurança, emprego, padrões de igualdade social e bem-estar, proteção ambiental; que estão sujeitos às mais diversas interpretações. Ainda segundo o autor, as forças liberais voltaram fortes; conseqüentemente, suas metas tornaram-se proeminentes na maioria dos quadros de referência dos países ocidentais. Em campanhas eleitorais, programas partidários, na mídia política e nas ciências sociais a responsabilidade individual é enfatizada mais tenazmente do que há vinte anos. O livre-mercado é cada vez mais valorizado do que a *igualdade*. A igualdade de condições tem sido progressivamente substituída pela igualdade de oportunidades. Além disso, as metas ambientais têm sido vencidas pelas metas de crescimento do PIB.

¹² A Reforma do Estado nos anos 1990 assinala o processo de esgotamento e desmonte da função e das instituições de planejamento governamental construídas ao longo das décadas de 1930 a 1980. Essa agenda de

Cabe apontar que o governo Lula adotou o “pragmatismo econômico” revestido de uma “face humana” (Castro e Carvalho, 2003: 481), ainda que o seu primeiro mandato tenha sido marcado por um forte aperto fiscal, na medida em que precisou “arrumar a casa” e reordenar a economia, repercutindo na insatisfação de grande parte do seu eleitorado. O governo Lula foi tão ou mais severo em termos de manutenção dos fundamentos macroeconômicos do que o seu antecessor, recorrendo a instrumentos como o controle de câmbios, a taxa de juros e equilíbrio fiscal. Todavia, entre o final do primeiro mandato e o início do segundo, em 2007, houve uma atuação mais assertiva do governo no sentido de lançar e consolidar as bases para o crescimento econômico com inclusão social seja através do robustecimento do seu principal programa social focalizado, o Bolsa Família; seja por meio do lançamento de políticas *infra-estruturais* como o Programa de Aceleração do crescimento (PAC) I, II, além de grandes projetos habitacionais direcionados à população de baixa renda por meio de acordos com grandes empreiteiras.

Conforme esboçado na introdução deste trabalho, é importante levantar as seguintes questões: em que medida esse suposto Novo-Desenvolvimentismo do século XXI – orquestrado durante o governo Lula (2003/10) se singulariza da vertente nacional-desenvolvimentista vigente no século XX? A despeito das diferenças, quais os elementos constitutivos da continuidade entre ambos, sobretudo no que tange à centralidade do Poder Executivo¹³?

reformas tem na supremacia da gestão pública sobre o planejamento um de seus traços mais evidentes. Por conseguinte, diante do predomínio da agenda gerencialista nas décadas de 1980/90 torna-se essencial voltar a discutir o tema da *natureza, alcances e limites do Estado, do planejamento e da gestão das políticas públicas* no capitalismo brasileiro contemporâneo (IPEA, 2010).

¹³ Em pleno cenário das reformas orientadas para o mercado e de inserção do Brasil nos parâmetros do capitalismo financeiro globalizado, cabe-nos apontar que, embora o Estado estivesse reduzido em sua capacidade de intervenção planejada no que se refere à formulação e implementação de políticas públicas, o Executivo exerceu um papel central para a consecução dessa agenda de reformas, redefinindo o papel estratégico do Estado. Tal exacerbação das funções do Executivo se consubstanciou, seja através da criação da medida provisória pela Constituinte de 1988, possibilitando editar decretos com força de lei; usurpando a atuação fiscalizadora e coadjuvante do Legislativo, seja por meio do processo de concentração, centralização e fechamento do processo decisório pela alta tecnocracia. Esta, por seu turno, dotada de autonomia decisória e insulada na cúpula burocrática do Estado. O Executivo é, de fato, o principal *locus* de formulação da agenda legislativa do país. Por conseqüência, esse processo contribuiu para a diminuição da atratividade das carreiras legislativas bem como para a dissolução dos suportes institucionais da democracia. Portanto, no que se refere às prerrogativas presidenciais, o chefe do Executivo brasileiro é um dos mais fortes do mundo. Além de contar com os *poderes de demissão e nomeação ministerial*, o Executivo também comanda um vasto aparato burocrático e administrativo tais como os ministérios, o Banco Central, o Banco do Brasil, o BNDES (o maior banco de investimento público do mundo), a Petrobrás (a maior empresa nacional) e diversas outras autarquias estatais (Diniz, 2007; Amorim Neto, 2006, 2004; Nunes, 2003 Amorim Neto e Santos, 2002; Lima e Boschi, 2002; Pessanha, 2002; Figueiredo e Limongi, 1999; Shugart e Carey, 1992).

Dessa forma, o que é este *Novo-Desenvolvimentismo*? Como defini-lo precisamente? Para o economista do IPEA, João Sicsú, este conceito tem suas origens no pensamento keynesiano e na vertente cepalina neo-estruturalista; e, como tal defende as seguintes teses: (1) é inconcebível um mercado forte sem um Estado forte; (2) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições e sem a adoção de políticas macroeconômicas adequadas; (3) mercado e Estado fortes somente serão construídos através de um projeto nacional de desenvolvimento que aglutine crescimento econômico sustentado com equidade social; (4) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas. Assim, a alternativa novo-desenvolvimentista aos inconvenientes do capitalismo é a construção de um Estado capaz de regular a economia e voltado para o financiamento e não para a atividade especulativa. Nessa concepção, o Estado deve ser forte para possibilitar ao governo a implementação de políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas (Sicsú, 2005; Bresser-Pereira, 2009: 99). Ademais, o *Novo-Desenvolvimentismo* constitui um “terceiro discurso” ou “caminho do meio” entre o populismo típico da esquerda burocrática e a ortodoxia neoliberal, entre o livre comércio incondicional e o protecionismo econômico e entre o liberalismo e o socialismo. Trata-se de uma estratégia nacional de desenvolvimento – que retoma o conceito de nação - empregada pelos países da América Latina para acompanhar os países centrais por meio de um conjunto de instituições e de políticas mobilizadas para o desenvolvimento. Essa nova concepção de desenvolvimento, portanto, ainda que incorpore elementos do desenvolvimentismo vinculado à teoria da CEPAL¹⁴, distingue-se consideravelmente da visão cepalina-estruturalista, que atribuía ao Estado um papel central no âmbito da produção e das relações entre o capital e o trabalho (Bresser-Pereira, 2007; Boschi e Gaitán, 2008; Sicsú, 2005). Desta forma, para Boschi e Gaitán:

¹⁴ Em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pelo Conselho Econômico e Social da ONU com o objetivo de pensar os problemas estruturais do subdesenvolvimento latino-americano, que seriam solucionados a partir da ação estatal. Através de seu método histórico estruturalista, a instituição atentava para o comportamento dos agentes sociais e para a trajetória das instituições, além de utilizar como suporte analítico a oposição entre “centro” e “periferia”. Diferentemente dos anos 1950, quando via na intervenção do Estado a receita para a reversão do quadro de subdesenvolvimento, a CEPAL dos anos 1990 volta-se para as transformações operadas na região tais como a liberalização financeira, a mudança nos padrões de acumulação, a reorientação dos marcos regulatórios bem como a reforma do Estado por meio de privatizações. Todavia, a instituição assevera que, se for bem administrado, este pacote de reformas pode ter um impacto positivo sobre o processo de crescimento (Bielschowsky, 2000: 15-68; Sunkel e Paz, 1974: 22).

Um pressuposto básico para o neo-desenvolvimentismo consiste na capacidade de combinar o aprendizado derivado da longa trajetória desenvolvimentista com os fundamentos da estabilidade e integração dos países aos circuitos financeiros e comerciais globalizados, em crescente interconexão (Boschi e Gaitán, 2008: 4).

As análises de Bresser-Pereira (2007: 63-95) apontam que, a reboque dos interesses divergentes, o nacional-desenvolvimentismo possibilitou uma aliança entre a burocracia do Estado, os empresários, as classes médias e os trabalhadores sob forte condução estatal. Portanto, nesse modelo de economia protegida e fechada, o Estado foi o instrumento para a *ação coletiva da nação*. Para além do resgate do Estado há a retomada da política, uma vez que a dimensão social do desenvolvimento está no cerne da agenda e da ação públicas (Boschi e Gaitán, 2008: 4; Condé, 2009: 15-19).

O sentido de desenvolvimento aqui esboçado abarca as seguintes dimensões: (1) inserção internacional soberana; (2) macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego; (3) infra-estrutura econômica, social e urbana; (4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; (5) sustentabilidade ambiental; (6) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e (7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia (IPEA, 2010).

Do ponto de vista das relações Estado/sociedade, o *Novo-Desenvolvimentismo* tem suscitado inovações importantes se comparado ao nacional-desenvolvimentismo de 1930 a 1980. Portanto, essas mudanças tem se configurado, sobretudo, a partir do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)¹⁵ - embora essa instância esteja subordinada ao Executivo - e das Conferências Nacionais de Políticas Públicas; possibilitando aos grupos organizados da população deliberar e fornecer subsídios para a formulação e execução das políticas governamentais.

¹⁵ Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003, cabe ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) assessorar o Chefe do Executivo na formulação de políticas, diretrizes específicas, apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico que lhes sejam submetidas pelo Presidente da República para a articulação das relações do governo com a sociedade civil. Os seus membros são designados por ato formal do Presidente por dois anos, com possibilidade de recondução (CDES, 2010). Ademais, o CDES, segundo Doctor (2007: 131-148) é quase totalmente dependente do Executivo, que definiu não somente a sua estrutura e o conjunto de seus membros, mas também a sua agenda, reduzindo o seu escopo de ação autônoma. Cabe apontar que o CDES sofria de fraquezas relacionadas à sua estrutura formal e de funcionamento. Em primeiro lugar, ele exibiu um pesado viés em favor do setor empresarial. Por conta disso, a assimetria na representação da sociedade civil causou ressentimento da parte dos membros desfavorecidos ou sub-representados, especialmente os sindicatos e os movimentos sociais. Em segundo lugar, a distribuição geográfica dos seus membros foi severamente enviesada em favor das regiões mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste do país, com 46% dos membros do Conselho oriundos do estado de São Paulo.

Esse padrão de relacionamento que o atual Executivo exerce com a sociedade difere substancialmente daquele predominante durante o governo Getúlio Vargas. Este, por seu turno, levou a cabo um projeto de modernização, industrialização e urbanização da sociedade brasileira, a partir de 1930, empreendendo - por meio de uma ideologia autoritária de construção do Estado nacional (Reis, 1998) - uma ruptura com o modelo oligárquico agro-exportador para a consecução do projeto nacional-desenvolvimentista, todavia, excludente e concentrador de renda, sobretudo durante os governos militares (1964-1985). Enquanto instância de representação de interesses, o corporativismo da Era Vargas recorreu a meios autoritários para garantir direitos às classes trabalhadoras à custa de sua completa exclusão da órbita política. É nessa esteira que, considerando o atual governo do PT, além da instituição de fóruns promotores da articulação entre o Estado, a sociedade civil e os setores produtivos privados em matéria de políticas públicas (cujo CDES é o maior exemplo) delinea-se uma aparente ocupação de posições relevantes no âmbito das elites dirigentes estatais por segmentos oriundos do sindicalismo. Finalmente, ressalta-se o fato de os setores sindicais terem se tornado sócios do modelo de capitalismo por conta do papel cada vez mais relevante que os fundos de pensão sindicais desempenham na dinâmica financeira e no suporte as atividades de fomento ao desenvolvimento. Tais mudanças indicariam, de um lado, um movimento na *democratização do acesso ao aparelho de Estado* em diversas de suas instâncias e, de outro, uma possível *inclusão dos interesses do trabalho no funcionamento do regime produtivo do país*¹⁶. Neste contexto, diante da retomada de um papel mais intervencionista do Estado no contexto pós-neoliberal, o ponto salutar é que as reformas direcionadas para o mercado instituídas nos anos 1990, porém, não foram capazes de suprimir, como pretendiam, o legado da Era Vargas em alguns aspectos fundamentais para a conformação do capitalismo brasileiro atualmente; como um Estado intervencionista e um Executivo forte. É diante dessa assertiva que o capitalismo brasileiro adquire uma faceta mais social-

¹⁶ Em patamar diametralmente oposto a essa interpretação, as análises de Werneck Vianna (1997, 2007) corroboram a idéia de que o governo do PT em curso, a partir de uma coalizão pluriclassista, instrumentaliza o Estado para cooptar os movimentos sociais, tornando a sociedade civil passiva e, dessa forma, reproduz práticas autoritárias que remontam ao Império bem como ao Estado Novo. Trata-se, em suma, de uma política grão-burguesa fincada na fusão entre o Estado e grandes grupos econômicos assentada na fórmula *conservar-mudando*. Entretanto, ainda que modelo de desenvolvimento em curso confira prioridade ao fortalecimento e projeção do empresariado nacional tanto no plano interno como no exterior, além de ser deveras complacente com os grandes grupos financeiros e banqueiros que usufruem de lucros incomensuráveis, o fato é que o governo Lula não replica as práticas autoritárias pertinentes ao Estado Novo. O contexto institucional indica para uma democracia madura, embora recente, cujas ações governamentais estão suscetíveis ao monitoramento da opinião pública e mesmo das instituições como o próprio Judiciário.

democrata, apontando para a instauração de um *corporativismo societal* em contraposição ao *corporativismo estatal* que vigorou até o final dos anos 1980 durante o período desenvolvimentista, que marginalizava a instância parlamentar-partidária e as instituições representativas (Boschi, 2010a, 2010b; Boschi e Gaitán, 2008).

vii. Qual a resposta do *Novo-Desenvolvimentismo* à Crise Financeira internacional de 2008?

A grande crise financeira internacional desencadeada em 2008 impôs sérios desafios à sustentabilidade do *Novo-Desenvolvimentismo* encabeçado pelo governo do PT. Ela não começa num país periférico do capitalismo como foram os casos do México (1994), da Ásia (1997), da Rússia (1998) ou da Argentina (2001), mas no centro do capitalismo mundial, os EUA, que é o principal comprador do mundo, o que, por conseguinte, coloca o mundo em recessão. Tal conjuntura, por sua vez, atestou a necessidade de intervenção do Estado para solucionar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, já que a “mão invisível” do mercado auto-regulável provou a sua incapacidade de dar fim às intempéries por ele geradas, configurando, na acepção de Polanyi (2000), um verdadeiro embate entre o *princípio do liberalismo econômico* e o *princípio da proteção social*.

Nesse cenário turbulento, diversas medidas foram postas pelo Executivo para contrabalançar os efeitos perversos da crise de modo a que ela não afetasse as conquistas já obtidas pelo governo Lula em termos de redistribuição social da renda. Dentre as principais iniciativas para o fortalecimento do mercado interno destacam-se a manutenção e ampliação dos programas sociais (sobretudo o Bolsa Família), a redução de impostos sobre os produtos industrializados, o lançamento de um amplo programa habitacional orientado para a população de baixa renda, o acesso ao crédito visando estimular o consumo doméstico bem como a continuação da política de valorização do salário mínimo¹⁷. Outrossim, deve-se salientar elementos adicionais que convergiram para que o país obtivesse êxito na crise. São eles: o papel das trajetórias prévias e características institucionais, as correções de rota nas percepções das elites estratégicas bem como o papel do Poder Executivo (1) enquanto

¹⁷ Porém, segundo Rojas (2010: 18-19), as respostas dos governos “pós-neoliberais” frente à crise capitalista mundial configuram uma “ilusão neo-desenvolvimentista”. Para o autor, o governo brasileiro reduziu os gastos sociais e transferiu recursos públicos (na ordem de 160 bilhões de reais) para salvar as empresas privadas, convocando os trabalhadores a continuar se endividando por meio da compra de bens duráveis para salvar às companhias a fim de que estas não fizessem demissões; responsabilizando os trabalhadores pelo desemprego e não as empresas. Entretanto, não havia contrapartida por parte das empresas em relação aos empréstimos recebidos, na medida em que continuavam a demitir.

articulador de burocracias weberianas, constituídas ao longo do tempo, (2) enquanto formatador das relações capital/trabalho e, (3) enquanto articulador das relações entre o setor privado e o Estado por meio de uma estrutura corporativa de representação de interesses, além da mudança operada no “quadro de referência” das elites (Kohli, 2004; Boschi, 2010a, Becker, 2007).

Desta forma, a continuidade de trajetória se consubstancia na presença forte de agências criadas durante o segundo governo Vargas, como o BNDES, que desempenha um papel crucial no fomento às atividades produtivas, linhas de financiamento voltadas ao apoio à pequena e média empresa, além de incentivo à matriz exportadora brasileira. Por conseguinte, as políticas anticíclicas estão atreladas a um arcabouço institucional que foi se constituindo ao longo do tempo. Em síntese, no caso brasileiro, o longo prazo aponta para uma *dependência de trajetória* no que tange às instituições do Estado enquanto coordenadoras da atividade econômica. Por outro lado, há uma *continuidade de trajetória* com o legado desenvolvimentista progresso que, contudo, sofreu correções ao longo do tempo no que se refere às políticas de proteção e inclusão sociais (Boschi, 2010a).

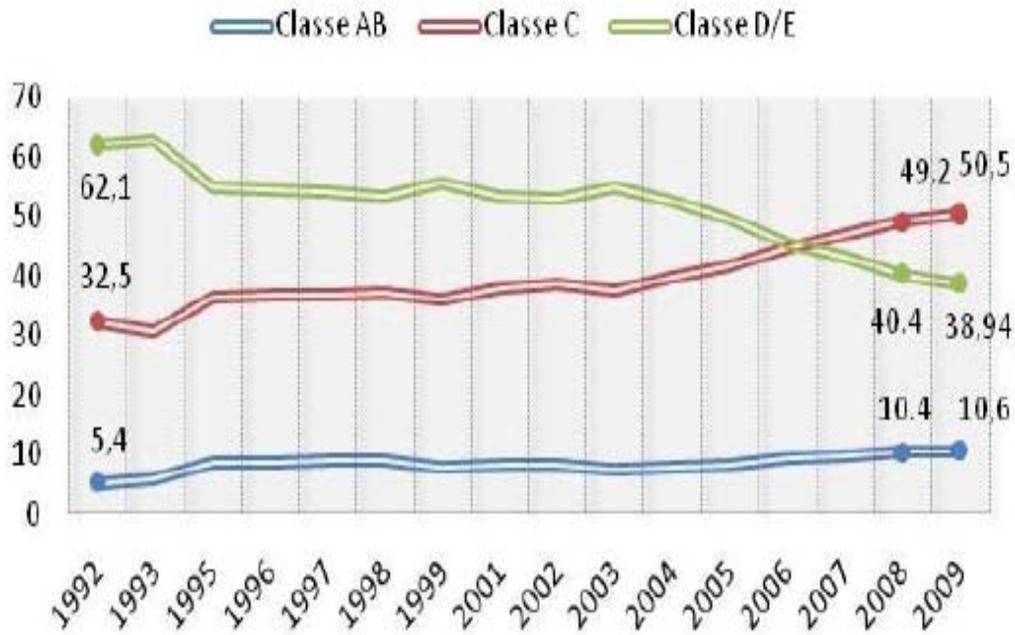
vii. A atualidade de Celso Furtado: o *Novo-Desenvolvimentismo* vem reduzindo os obstáculos estruturais como a *concentração da renda* e a ausência de um *mercado interno* robusto de modo a superar o subdesenvolvimento?

Esta parte final do artigo retoma o pensamento do eminente cientista social e árduo defensor da superação do subdesenvolvimento brasileiro: o economista Celso Furtado. Para tanto, faremos um esforço no sentido de utilizar os seus conceitos como a abissal *concentração de renda* e a ausência de um *mercado interno* forte no Brasil de maneira a relacioná-los com os elementos empíricos extraídos de instituições de pesquisa e governamentais que apontam para a existência (ou não) desse *Novo-Desenvolvimentismo* na gestão Lula da Silva. O fato é que cabe ao Estado promover uma estratégia de desenvolvimento que contemple a sociedade como um todo por meio da integração do *crescimento econômico* com *distribuição de renda* para estimular o *mercado doméstico* – enquanto setor dinâmico da economia - e reduzir as *vulnerabilidades externas* (Rocha, 2007: 151).

Em recente pesquisa, a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2010) divulgou a existência de uma Classe C¹⁸ em potencial no Brasil que, a despeito da crise financeira de 2008, cresceu 2.5% a mais do que as demais classes chegando a 94,9 milhões de brasileiros, correspondendo a 50,5% da população; capaz, portanto, de decidir um pleito eleitoral. Do ponto de vista econômico, essa classe média concentrou 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (em 2008 era de 45,66%), superando as classes AB, estas com 44,12% do total de poder de compra. Ademais, cerca de 29 milhões de pessoas ingressaram nas fileiras dessa nova classe média entre 2003 e 2009, devendo a existência dessa classe ao crescimento robusto do emprego formal, duplicado em 2004, a despeito da ausência de qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa do governo.

¹⁸ Há posturas controversas acerca da constituição dessa nova classe média brasileira, como a do sociólogo Jessé Souza, que foge das análises economicistas/unidimensionais e quantitativas na caracterização das classes sociais. Segundo ele, não se trata de uma classe média, mas de “batalhadores”, desprovidos de capital cultural, de privilégios de nascimento e de tempo livre para a incorporação de qualquer forma de conhecimento técnico, científico ou filosófico-literário valioso, que são típicos das classes médias tradicionais. Os batalhadores, em sua esmagadora maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade. Como lhes faltam tanto o capital cultural altamente valorizado das classes médias quanto o capital econômico das classes altas, eles compensam essa falta com extraordinário esforço pessoal, dupla jornada de trabalho e aceitação de todo tipo de superexploração da mão de obra. Ademais, essa nova classe de trabalhadores, típica do novo tipo de capitalismo financeiro que logrou se globalizar, parece se constituir - com o resgate social da ralé - na questão social, econômica e política mais importante do Brasil contemporâneo (SOUZA, 2010, 2011ab). A despeito desses posicionamentos antípodas, e do fato de que as transformações insufladas pelo capitalismo de mercado criaram condições para a conversão do *cidadão pleno* em *consumidor em potencial* - retirando da noção clássica e universal de cidadania o seu conteúdo substantivo - foi dado um passo importante no sentido de incorporar setores sociais histórica e estruturalmente excluídos num autêntico *mercado doméstico de consumo de massas*. Trata-se de um desafio dos Estados nacionais latino-americanos e, sobretudo, do Estado brasileiro.

Gráfico 1 - Evolução das classes econômicas



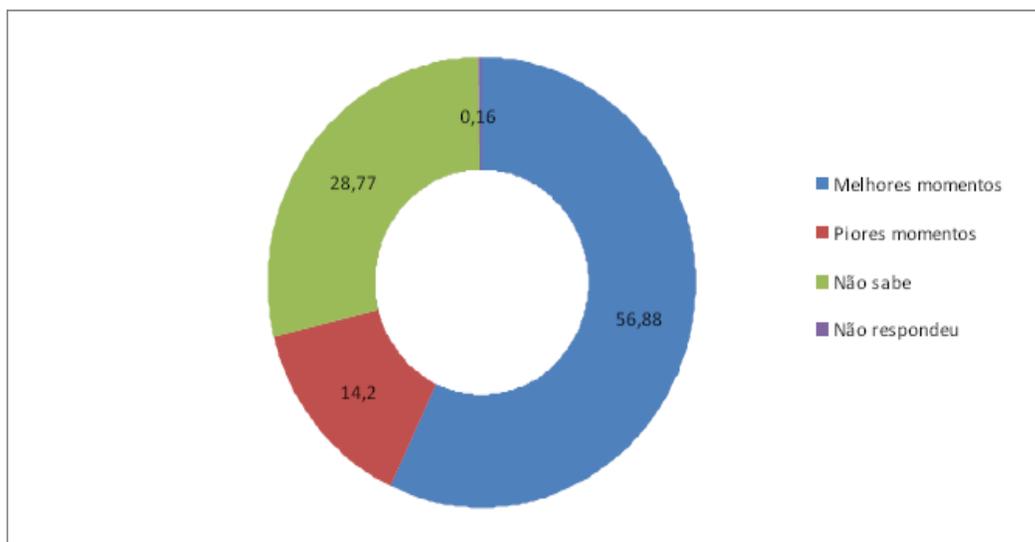
Fonte: CPS/FVG a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em recente estudo, o IPEA (2010a) identificou a partir do IEF (Índice de Expectativa das Famílias¹⁹) o aumento da expectativa dos brasileiros quanto ao futuro em relação ao emprego, à renda e ao potencial de consumo. Assim, 56,88% das famílias crêem que os próximos cinco anos serão otimistas para a economia, à proporção que 14,20%, das famílias acreditam que o país atravessará piores momentos. Igualmente, as regiões Norte e Nordeste apresentam maior otimismo em relação ao comportamento da economia nacional com, respectivamente, 72,67% e 70,8% das famílias projetando melhores momentos para o país.

¹⁹ A confiança das famílias atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico. Se as expectativas estão otimistas em relação ao futuro; tende-se a gastar mais; quando há forte pessimismo, gasta-se menos. Nesse contexto, o monitoramento das expectativas das famílias sobre o consumo, dívidas e mercado de trabalho, além da situação econômica do país, tem o objetivo de produzir sinalizações sobre suas decisões de gastos e poupança futuras, constituindo indicadores úteis na antecipação nos rumos na economia de curto prazo. No que tange à metodologia dessa pesquisa, para cada uma das questões observa-se a proporção de famílias que marcam uma resposta otimista quanto: (1) ao bom momento para adquirir bens de consumo duráveis; (2) a situação financeira da família compara à de um ano atrás; (3) a situação financeira da família daqui a um ano; (4) a situação econômica do Brasil daqui a um ano; (5) a situação econômica do Brasil daqui a cinco anos; (6) as condições sobre quitamento de contas atrasadas no próximo mês; (7) a percepção do responsável pelo domicílio sobre a estabilidade da ocupação; (8) a percepção dos outros ocupados na família sobre estabilidade na ocupação; (9) percepção do responsável do domicílio sobre melhoria profissional nos próximos seis meses.

Em contraste, nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul, essa proporção atinge 51,58%, 54,33% e 52,79%, respectivamente.

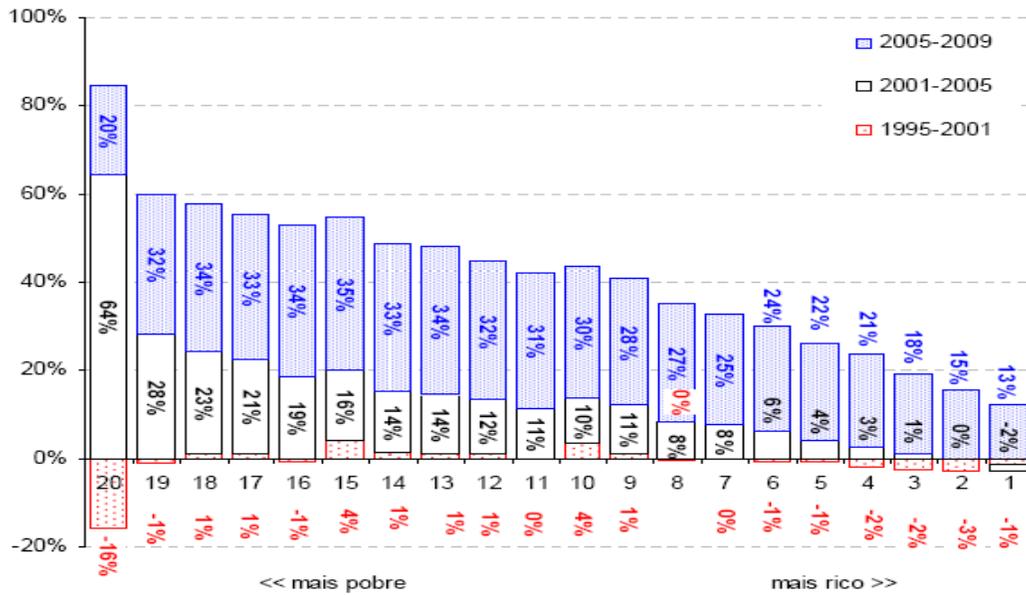
Gráfico 2 - Expectativa sobre a situação econômica do Brasil nos próximos cinco anos, em %



Fonte: IPEA - IEF

Em outra pesquisa, o IPEA (2010b) constatou que houve três períodos claramente distintos na evolução na distribuição de renda entre 1995 a 2009. O primeiro, que vai de 1995 a 2001, se caracteriza por uma estabilidade em todos os sentidos, não havendo mudanças na desigualdade tampouco na renda média. De 2001 até 2005, a renda média pouco aumenta, contudo a queda da desigualdade já é fato bem estabelecido. Por fim, de 2005 a 2009, o Brasil passa a ter grandes aumentos de renda ocorrendo concomitantemente com a queda continuada da desigualdade.

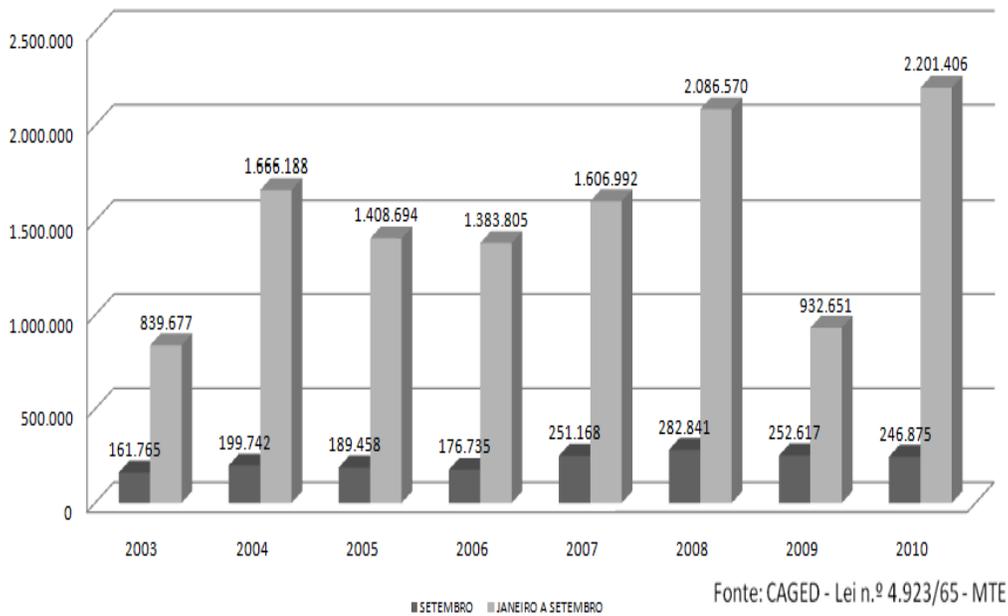
Gráfico 3 - Taxas de crescimento da renda por Vigésimo



Fonte: PNAD Microdados 1995 a 2009

No tocante ao crescimento do emprego formal, segundo os dados do CAGED/Ministério do Trabalho (2010), no acumulado do ano, houve um acréscimo de 2.201.406 empregos, à proporção que em setembro foram gerados 246.875 empregos celetistas, sobretudo em setores como Serviços, Comércio e Construção Civil. Deve-se salientar que a expansão do emprego em 2009 foi inibida pelos impactos da crise financeira internacional, desencadeada em setembro de 2008. Contudo, tendo em vista a ampliação do escopo da ação estatal atrelada à adoção das medidas anticíclicas, a tendência ascendente de geração de empregos foi restabelecida. Ademais, a região Nordeste exibiu um desempenho singular, mediante a geração de 105.897 postos de trabalho, recorde para toda a série histórica do CAGED, com destaque para os estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba e Maranhão. Pode-se dizer que essa tendência vem apontando para uma redução da desigualdade regional como um problema estrutural do subdesenvolvimento brasileiro.

Gráfico 4 - Evolução do Emprego Celetista: Comparativo dos meses de Setembro e Janeiro a Setembro nos anos de 2003 a 2010



Fonte: CAGED/MTE

viii. Considerações finais

O propósito deste artigo foi apresentar elementos de ruptura e de continuidade entre o modelo nacional-desenvolvimentista que vigorou de 1930 a 1980 – passando pela crise do Estado de bem-estar-social e pela emergência das políticas neoliberais - e o suposto *Novo-Desenvolvimentismo* levado a cabo pela gestão Lula da Silva, no cenário pós-reformas orientadas para o mercado. De fato, como bem atestaram Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) vigente entre 1930/80 foi marcado indubitavelmente pela proteção da economia, pela obsolescência tecnológica e pela inserção subordinada do Brasil na órbita da divisão internacional do trabalho atrelada a um paradigma concentrador de renda e excludente.

Nestas condições, o esgotamento desse modelo e o aprofundamento da recessão na década de 1980 convergiram para a incorporação da agenda neoliberal prescrita pelo *Consenso de Washington* nos anos 1990, agravando ainda mais o déficit de inclusão social e de *poder infra-estrutural* do Estado, além do aumento demasiado do seu *poder despótico* ao acentuar as anomalias sociais. Outrossim, deve-se salientar que, no contexto da democratização, embora

as elites políticas buscassem cooptar os setores populares, tais segmentos ganharam não somente representação política e oportunidades para defender seus direitos e prerrogativas constitucionais, mas também concessões em termos de provisão de políticas sociais. Todavia, a política macroeconômica - tanto a partir da severa inflação quanto por meio das restrições fiscais - impôs sérios limites à consecução da política social de forma a limitar o seu escopo e ampliação. Por outro lado, no início do século XXI, a emergência dos governos de centro-esquerda na América Latina, como é o caso da eleição de Lula da Silva (2003-2010), atuou no sentido de contestar os “quadros de referência” dominantes, retomando as capacidades estatais e o planejamento estratégico para a promoção da redistribuição de renda e de um mercado interno forte tendo em vista a inclusão social. Ou seja, o Estado foi efetivamente o instrumento de *ação coletiva da nação*.

Desta maneira, o que ficou do legado desenvolvimentista quando do início do projeto de modernização da sociedade brasileira encabeçado por Getúlio Vargas, nos anos 1930, foi à marca de um Executivo forte, dotado de alto poder de intervenção e regulação da economia - sobretudo no contexto institucional das reformas neoliberais mediante o redimensionamento e a reorientação do papel estratégico do Estado - além de instituições centrais para o fomento ao desenvolvimento como o BNDES, evidenciando uma *continuidade de trajetória* com o período pregresso.

Do ponto de vista das relações Estado/sociedade, a ruptura consubstancia-se na maior participação dos setores organizados da sociedade civil, seja a partir das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, seja por meio do CDES, instância esta integralmente subordinada ao aparelho do Executivo. Deste modo, é conveniente dizer que o segmento empresarial tem sido privilegiado em detrimento dos demais grupos desfavorecidos ou sub-representados, sobretudo os sindicatos e os movimentos sociais. Além disso, a distribuição geográfica dos membros do CDES foi severamente enviesada em favor das regiões mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste do país, com 46% dos membros do Conselho oriundos do estado de São Paulo.

A inserção do segmento sindical na esfera governamental e sua participação no funcionamento do regime produtivo do país (via fundos de pensão) denotam uma tendência para o *corporativismo societal*, em contraposição ao *corporativismo estatal* vigente em grande parte do século XX, que excluía os setores vinculados ao trabalho bem como os partidos e as instituições representativas, priorizando, fundamentalmente, a interlocução entre o Estado e

o empresariado. Entretanto, cabe-nos salientar que esta nova modalidade de *corporativismo societal* ainda ancora-se nas estruturas corporativas do legado desenvolvimentista em virtude do Executivo forte, interventor e modernizante. Enquanto uma estratégia nacional que faz do Estado o instrumento de *ação coletiva da nação*, os aspectos peculiares e basilares da “expansão para dentro” e/ou interna desse novo-desenvolvimentismo – que é tão ou mais rigoroso em matéria de preservação dos fundamentos macroeconômicos neoliberais: estabilidade fiscal, taxa de juros e câmbio – merecem ser esmiuçados, uma vez que são inovadores.

Neste sentido, como resultado da pesquisa empírica, este estudo elucida a criação de um mercado interno forte que blindou o país no auge da crise financeira internacional e possibilitou a emergência de uma nova classe média dotada de potencial de consumo – a Classe C, que constitui 50,5% da população, capaz, sozinha, de decidir uma eleição presidencial –, a redução significativa das classes D e E - que abarca o contingente da população em estado de pobreza extrema - de 96,2 milhões de brasileiros em 2003 para 73,2 milhões atuais e um ligeiro aumento da classe A. Todavia, a despeito das inovações levadas a cabo pelo novo modelo, tal paradigma que insufla e potencializa o consumo reproduz fiel e estritamente o modelo norte-americano, em contraste com uma concepção de cidadania mais universalista, robusta e consistente. Em suma, a singularidade reside no fato de que o cidadão pleno é o consumidor em potencial.

No que tange à evolução da distribuição social da renda, entre 1995 a 2001 configurou-se uma estabilidade em todos os sentidos, não havendo mudanças na desigualdade tampouco na renda média. De 2001 até 2005, a renda média pouco aumenta, contudo a queda da desigualdade já é um fato. Porém, de 2005 a 2009 houve *grandes aumentos de renda e queda continuada da desigualdade*, acrescentando o aumento da expectativa dos brasileiros quanto ao futuro em relação ao emprego, à renda, ao potencial de consumo e à economia nacional, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, áreas histórica e estruturalmente relegadas a um patamar secundário nos projetos modernizantes capitaneados pelo Estado brasileiro.

Apesar da crescente precariedade, rotatividade e informalidade no mercado de trabalho brasileiro tem havido um forte incremento do emprego formal/celetista, principalmente no período 2003-2010 em setores como comércio, indústria e construção civil nas regiões metropolitanas, convergindo para um processo de ampliação, consolidação e democratização do acesso ao mercado de trabalho após longos anos de crescimento pífio, recessão,

estagnação e desemprego em massa. Neste quesito, novamente a região Nordeste exibiu um desempenho proeminente em termos de geração de postos de trabalho, constituindo um recorde para toda a série histórica do CAGED/MTE, destacando os estados de Pernambuco (+39.645 postos), Bahia (+10.287), Ceará (+9.993), Paraíba (+6.021) e Maranhão (+3.198) em ordem de criação de empregos. Ademais, houve crescimento expressivo e robusto do emprego formal nas áreas de Serviços, Comércio e Construção Civil; sendo este último devido, sobretudo, aos grandes projetos *infra-estruturais* de intervenção como o PAC e os programas habitacionais voltados à população de menor renda.

É importante reiterar que a diminuição do ritmo de geração de emprego formal/celetista em 2009 deve ser atribuída aos impactos da crise financeira internacional, desencadeada em setembro de 2008. Contudo, após a implementação das medidas anticíclicas de redução dos impostos para o setor empresarial, as iniciativas de acesso ao crédito, a manutenção e ampliação dos programas sociais, a política de valorização do salário mínimo e o fortalecimento do mercado interno, o patamar ascendente de geração de empregos foi retomado.

O grande desafio dos Estados latino-americanos, que permaneceu inalterado por duzentos anos, desde o processo de independência, engloba a questão de como incorporar vastos e diversificados contingentes populacionais a uma autêntica cidadania nacional, que sustente Estados com infra-estruturas poderosas, que possam tornar-se plenamente democráticos. Neste sentido não é nem a tradicional versão do estatismo latino-americano tampouco a alternativa neoliberal de abrir os mercados e reduzir o tamanho do Estado que promoverão um desenvolvimento de base mais ampla. Desta forma, as políticas mais adequadas seriam aquelas que aumentassem *tanto* a competição promovida pelo mercado *quanto* os poderes infra-estruturais do Estado. Entre os últimos estariam desde genuínos direitos humanos universais até direitos previdenciários, que podem alimentar um autêntico sentido de nação, bem como estimular *mercados domésticos de consumo de massa*. Assim, o *Novo-Desenvolvimentismo* no Brasil – ainda que reproduza a tão aludida *modernização pelo alto*, que é induzida, conduzida, liderada e orquestrada pelo Estado - vem executando esta árdua tarefa de assegurar o crescimento econômico sustentado com distribuição de renda e inclusão social, sobretudo a partir da ação pública deliberada que procura superar as disjuntivas Estado/mercado, público/privado.

Essa concepção paradigmática de desenvolvimento procura inserir amplos setores populares que permaneceram por um longo período da história brasileira sem participar da vida política tampouco desfrutar de um modelo de desenvolvimento genuinamente concentrador de renda e excludente que, nas palavras de Celso Furtado, incorporava os padrões de consumo concernentes aos países centrais do capitalismo e abortava a possibilidade de constituição de um mercado interno vigoroso no Brasil. O caso desta classe C emergente é emblemático, pois corresponde a mais da metade da população brasileira capaz de decidir, sozinha, um pleito presidencial.

Ao fim e ao cabo, diante dos resultados empíricos e dos desdobramentos teóricos esboçados acima, o *Novo-Desenvolvimentismo* vem reconduzindo o papel estratégico do Estado de modo a reparar as mazelas causadas pelo seu déficit de *poder infra-estrutural*, que se materializa na sua incapacidade de penetrar e ser permeável à sociedade por meio da provisão de serviços públicos universais garantidores da cidadania como saúde, educação, saneamento básico e segurança. Além disso, pode-se dizer que a posição subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho por conta das assimetrias estruturais no âmbito doméstico vem sendo superadas por esse *Novo-Desenvolvimentismo*. O sonho de Celso Furtado – no sentido de que o Brasil supere o subdesenvolvimento a partir de suas próprias potencialidades e peculiaridades - vem se materializando. Esses achados de pesquisa apontam para a afirmação do Brasil enquanto nação e enquanto portadora de uma *estratégia nacional de desenvolvimento* no atual cenário da globalização.

Referências

AMORIM NETO, Octávio. (2004). O Poder Executivo, centro de gravidade do Sistema Político Brasileiro. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Octávio (Org). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Fundação Unesp Ed.

_____. (2006). *Presidencialismo e Governabilidades nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. e SANTOS, Fabiano. (2002). A Produção Legislativa do Congresso: Entre a Paróquia e a Nação. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ.

AMSDEN, Alice H. (2001) *The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford; New York: Oxford University Press.

ANDERSON, Perry. (1995) Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BECKER, Uwe. (2007) Open systemness, contested reference frames and change. *Socio-Economic Review*, 5, 261-286

_____. (2009) *Open Varieties of Capitalism: Continuity, Change and Performances*. Palgrave Macmillan.

BIELSCHOWSLY, Ricardo. (org.). (2000), *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, Record/Cepal/Cofecon.

BOSCHI, Renato. (2010a). Políticas de Desenvolvimento no Brasil: continuidades, crise e incertezas. Trabalho apresentado no *VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política* (ABCP). Recife, Agosto.

_____. (2010b) Corporativismo societal: a democratização do Estado e as bases social-democratas do capitalismo brasileiro. *Insight Inteligência*. Disponível em: <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/48/>

_____. e GAITÁN, Flavio (2008). *Gobiernos progresistas, agenda neodesarrollista y capacidades estatales: la experiencia reciente en Argentina, Brasil y Chile*. Análise de Conjuntura OPSA, n.1, jan. 2008. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/41_analises_AC_n_1_jan_2008.pdf

_____. e LIMA, Maria R. S. de. (2002). O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ/FAPERJ.

_____. (2004) Instituições Políticas, Reformas Estruturais e Cidadania: Dilemas da Democracia no Brasil. *OPSA/IESP-UERJ*. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/4_artigos_TextodoRenatoBoschi.pdf

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007) Novo Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional. In: Eli Diniz. (Org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

CAGED (2010). *Síntese do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal*, Setembro. Disponível em: http://www.mte.gov.br/caged/2010_09/br.pdf

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. (1970) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

CARDOSO Jr, José C. (2010) Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Ressignificar o Debate e Capacitar o Estado. In: Eduardo Costa Pinto, José Celso Cardoso Jr. e Paulo de Tarso Linhares (Orgs.). *Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento*. Brasília: IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_estadoinstituicoes_vol3.pdf.

Acesso em: 14.set.2010.

CASTRO, Marcos F. de e CARVALHO, Maria I.V de. (2003). Globalization and Recent Political Transitions in Brazil. *International Political Science Review*, 24: 465-490

CDES. (2010). Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/>

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. (2007). *Trajetórias: Capitalismo Neoliberal e Reformas Econômicas nos Países da Periferia*. São Paulo, Editora Unesp.

DINIZ, Eli. (2007). O Pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: Eli Diniz (Org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

DOCTOR, Mahrukh. (2007). Lula's Development Council: Neo-Corporatism and Policy Reform in Brazil. *Latin American Perspectives*, v.34, nº 6, 131-148

DOMINGUES, José. M. (2009). Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas. *Ponto de Vista*, nº 3, NEIC/IESP-UERJ. Disponível em: http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01mar2009.pdf

- _____. (2008), *Latin America and Contemporary Modernity: A Sociological Interpretation*. New York/London, Routledge.
- ERTHAL, Juliana e MAGALHÃES, Bruno. (2007) Brasil: As Dificuldades Internas da Liderança Regional. In: Maria Regina S. de Lima e Marcelo V. Coutinho (Orgs). *Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- FGV (2010). *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/ncm/>
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Editora FGV.
- FURTADO, Celso. (1973). *Análise do 'Modelo' Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HARVEY, David. (1998). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- IPEA. (2010a). Índice de Expectativa das Famílias (IEF). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>
- _____. (2010b). PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009. In: *Comunicado do IPEA, nº 63*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>
- KIELY, Ray. (2006). *The New Political Economy of Development: Globalization, Imperialism, Hegemony*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- KOHLI, A. (2004). *State Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LILLEMETS, Krista. (2009). Development and citizenship in the semi-periphery: reflecting on the Brazilian experience. *Ponto de Vista/ IESP-UERJ*, n 12, dezembro. Disponível em: http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01dec2009.pdf
- LIMA, Maria R.S de e COUTINHO, Marcelo V. (Org). (2007). *Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- MANN, Michael (2006). A crise do Estado-nação latino-americano. In: DOMINGUES, José M. e MANEIRO, Maria (Org). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NUNES, Edson. (2003). *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar.

- PESSANHA, Charles F. (2002). O Poder Executivo e o Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras: Teoria e Prática. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ/FAPERJ.
- PIETERSE, Jan Nederveen. (2001). *Development Theory: Deconstructions/Reconstructions*. London, Sage.
- POLANYI, Karl. (2000). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- REIS, Elisa. P. (1998). O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: E. P. Reis (org). *Processos e escolhas: estudos da sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- ROCHA, Geisa Maria. (2007) Celso Furtado and the Resumption of Construction in Brazil: Structuralism as an Alternative to Neoliberalism. *Latin American Perspectives*, v. 34, nº 5, 1-28
- ROJAS, Gonzalo Adrián. (2010). Crise capitalista mundial e ilusão “neo-desenvolvimentista”: Argentina, Brasil, Venezuela e Bolívia. Trabalho apresentado no *VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, Recife- Agosto.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1993). *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SHUGART, Matthew S. e CAREY, John. M. (1992). *Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SICSÚ, João. (2005). Blindando a Economia Brasileira: existe alternativa aos programas do FMI? In: SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de e MICHEL, Renaut (org.) *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- _____. DE PAULA, Luiz F. e MICHEL, Renaut. (2005) Por que Novo-desenvolvimentismo? (Introdução) In: João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel (Orgs.) *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- SOUZA, Jessé. (2010). *Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____. (2011a) A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira. In: *Revista Interesse Nacional*. Ano 4, n.14, p.33-41, Julho-Setembro. Disponível em: http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=112#. Acesso em: 09.jul.2011.

_____. (2011b) É um erro falar que existe nova classe média, diz sociólogo. *Folha de São Paulo*, Fevereiro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/874777-e-um-erro-falar-que-existe-nova-classe-media-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 13.fev.2011.

SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. (1974), *Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Forum/Hachette.

TAVARES, Maria da Conceição. (1973). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

WEBER, Max. (1979). Política como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

WEYLAND, Kurt. (2004). Neoliberalism and Democracy in Latin America: A Mixed Record. *Latin American Politics and Society*, vol. 46, nº1.

Vianna, Luis Werneck. (2007). *O Estado Novo do PT*. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>

_____. (1997). *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan

_____. (1999). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Ponto de Vista, Perspectivas sobre o Desenvolvimento
Publicações Anteriores

Ponto de vista, Ano 4, N. 1, Janeiro 2011.

Leticia Busellini, UBA.

Políticas de empleo: análisis de un municipio industrial del Conurbano Bonaerense.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 12, Dezembro 2010.

Fabrizio Pereira, UNILA.

Esquerdas Latino-americanas contemporâneas: Estruturas, caracterização e tipologias.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 11, Novembro 2010.

Arnaldo Provasi Lanzara, IESP-UERJ.

O Novo Funcionalismo Econômico-Sistêmico e o Enfoque “Produtivista” da Seguridade Social.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 10, Outubro 2010.

Nírvia Ravena e Eliana Franco Teixeira, Universidade Federal do Pará.

Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 9, Setembro 2010.

Aldo Neri, AAPS.

La política y la cuestión social. Análisis del caso argentino.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 8, Agosto 2010.

Debora Thomé, IESP.

Bolsa Família. Um novo modelo de política da social democracia?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 7, Julho 2010.

Daniela de Franco Ribeiro e Barbara Lamas, IESP.

Institutionality and development: pro markets reforms in Argentina and Brazil.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 6, Junho 2010.

Sonia Draibe y Manuel Riesco, CENDA e UNICAMP.

Latin America: a new developmental Welfare State model in the making?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 5, Maio 2010.

Ricardo Ortiz y Martín Schorr, UBA.

La rearticulación del bloque de poder en la Argentina post-convertibilidad.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 4, Abril 2010.

Dora Orlansky e Nicolás Chuchco, UBA.

Gobernanza, Instituciones y Desarrollo. Exploraciones del caso de Argentina en el contexto regional, 1996-2008.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 3, Março 2010.

Flavio Gaitán, IESP e UBA.

Reflexiones sobre las tensiones inherentes a las dinámicas de desarrollo.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 2, Fevereiro 2010.

Renato Boschi, IESP.

Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 1, Janeiro 2010.

Florencia Antía e Arnaldo Provasi Lanzara, IESP-UERJ.

Los procesos de reforma previsional en Chile, Brasil y Uruguay.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 12, Dezembro 2009.

Krista Lillemets, Tallin University.

Development and Citizenship in the Semi-Periphery: Reflecting on the Brazilian Experience.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 11, Novembro 2009.

Roberto Ribeiro Corrêa, Universidade Federal do Pará.

Discutindo e intuindo as novas dimensões da governança corporativa de um banco público regional em ambiente de crise financeira global

Ponto de Vista, Ano 2, N. 10, Outubro 2009.

Eduardo Gomes e Fabrícia Guimarães, UFF.

Como as Instituições contam: o apoio às pequenas e médias empresas no Brasil e na Argentina.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 9, Setembro 2009.

Jaime Marques-Pereira e Bruno Théret, CNRS.

Mediations Institutionnelles de la Regulation Sociale et Dynamiques Macro-Economiques.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 8, Agosto 2009.

Alejandra Salas-Porras, UNAM.

Basis of Support and Opposition for the Return of a Developmental State in Mexico.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 7, Julho 2009.

Luiz Carlos Bresser Pereira, FGV.

Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 6, Junho 2009.

Eduardo Salomão Condé, UFJF.

A Rota da Diversidade-Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 5, Maio 2009.

Hernán Ramírez, Universidade Estadual de Londrina.

Arranjos empresariais, tecnocráticos e militares na política. Perspectivas comparativas entre Brasil e Argentina, 1960-1990.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 4, Abril 2009.

João Francisco Meira e Thiago Rodrigues Silame, UFMG.

Institucionalização, Desenvolvimento e Governabilidade na Bolívia e no Paraguai.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 3, Março 2009.

José Mauricio Domingues, IUPERJ.

Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 2, Fevereiro 2009.

Yuri Kasahara, IUPERJ e FGV.

A Regulação do Setor Financeiro Brasileiro: Uma Análise Exploratória das Relações entre Estado e Setor Privado.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 1, Janeiro 2009.

Wallace dos Santos de Moraes, IUPERJ.

Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-neoliberal na América Latina-Algumas hipóteses de pesquisa.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 5, Dezembro 2008.

Andrés del Río, IUPERJ.

El Proceso Político de Reformas Estructurales en la Argentina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 4, Novembro 2008.

Aldo Ferrer, UBA.

Perspectivas do Desenvolvimento da América Latina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 3, Outubro 2008.

Renato Boschi e Flavio Gaitán, IUPERJ.

Empresas, Capacidades Estatales y Estrategias de Desarrollo en Argentina, Brasil y Chile.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 2, Setembro 2008.

Eli Diniz, UFRJ.

Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no novo milênio.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 1, Agosto 2008.

Carlos Henrique Santana, IUPERJ.

Bndes e Fundos de pensão. Inserção externa das empresas brasileiras e graus de coordenação.